Energia elétrica

Governo garante os 20% de redução da tarifa, diz Aneel Pág.B6

Pesquisa detalhada

Interior lidera investimentos no Estado de São Paulo Pág.B8

Contrato fechado

Avibrás vai fornecer lançador de foguetes de artilharia por US\$ 400 milhões à Indonésia Pág.B10

KCONOM

& NEGÓCIOS

estadão.com.br

São Paulo deve perder quase R\$ 15 bi em nove anos com reforma do ICMS

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

O Estado de São Paulo estima que deixará de arrecadar R\$ 14,8 bilhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos próximos nove anos, caso a proposta de reforma do tributo apresentada pelo governo federal este mês seja aprovada. O número foi apresentado na semana passada pelo governador Geraldo Alckmin, em reunião com a bancada paulista.

"Ele falou dos impactos, mas a avaliação sobre a proposta do governo é positiva, porque ajudará a reduzir a guerra fiscal", afirma o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), um dos presentes ao encontro. "Essa perda é insuportável, se não houver compensação", diz o secretário de Fazenda, Andrea Calabi. No entanto, a promessa do governo federal é criar um fundo de valor ilimitado que protegerá os Estados das quedas na receita decorrentes da mudança.

"O problema é que essa perda vem a cavalo de todas as outras", continua o secretário. Ele deu como exemplo a Proposta de Emenda Constitucional que trata da tributação do comércio eletrônico, com impacto de R\$ 2,5 bilhões nos cofres paulistas a cada ano. Há ainda a discussão sobre a nova divisão dos royalties do petróleo e sobre a nova configuração do Fundo de Participação dos Estados (FPE). "São boas iniciativas, mas com resultados muito desafiadores para São Paulo."

Tudo junto. Na reunião com os deputados e senadores, Alckmin pediu um esforço para que esses assuntos sejam examinados em conjunto, e não "fatiados", como vem ocorrendo. O temor é que, ao individualizar as discussões, as perdas para o Estado sejam maiores do que se os temas fossem examinados juntos. Essa seria a forma mais lógica, reconhecem técnicos da área econômica federal, mas politicamente impossível de negociar.

Para o ICMS, o governo federal propôs fixar em 4% a alíquota interestadual nas operações em que uma mercadoria é produzida num Estado e consumida em outro. Hoje, as alíquotas são de 12% e 7%. Elas são calibradas de forma a beneficiar os Estados menos desenvolvidos.

Parece simples, mas é justamente aí que as conversas estão empacadas no nível técnico há mais de um mês. Formou-se uma clara divisão, segundo relata o secretário de Fazenda do Maranhão, Cláudio Trinchão, que é coordenador do Conselho Na-

- ◆ cional de Política Fazendária (Confaz), foro que reúne todos os secretários estaduais de Fazenda. De um lado, Sul e Sudeste se alinham com a proposta do governo, de 4%. De outro, Norte, Nordeste e Centro-oeste que-
- rem duas alíquotas: 2% e 7%. Como forma de pressão, São
- Paulo colocou a seguinte oferta • sobre a mesa: Norte, Nordeste e Centro-oeste aceitam a alíquota
- ♦ de 4%. Em troca, o Estado concorda em legalizar todos os incentivos concedidos no passado como parte da guerra fiscal.

SP poderá perder R\$ 2 bi com tributação do comércio eletrônico Pág. B3

